



Em dia de protestos, servidores entregam pauta de reivindicações no Ministério da Economia

Nessa terça, 18, servidores se uniram em um dia de luta para cobrar recomposição salarial JÁ para o conjunto do funcionalismo. A categoria protocolou documento junto ao Ministério da Economia.

Um dos pontos centrais é a cobrança de um percentual de 19,99%, valor referente às perdas acumuladas durante os 3 anos de governo Bolsonaro. Vale lembrar que a maioria dos servidores do Executivo está há pelo menos 5 anos sem qualquer reajuste.

Outras capitais como Rio de Janeiro, a maior em número de servidores do Executivo, seguida por Brasília, Recife, Salvador também registraram atos para marcar o 18 de janeiro. Em meio ao aumento do número de casos da Covid-19 e surto de influenza no Brasil, todas as atividades seguem com caráter mais simbólico buscando respeitar regras sanitárias com uso

de máscara e álcool gel.

Os próximos dias seguem de debates, reuniões e avaliações de conjuntura para que os servidores sigam na construção da unidade em torno de suas pautas de reivindicação. No dia 20 a Condsef/Fenadsef realiza plenária nacional da maioria dos federais. Dia 21 tem nova reunião do Fonasefe. Novas agendas e atividades devem ser apontadas. No dia 2 de fevereiro já tem ato para marcar o retorno dos trabalhos no Congresso Nacional.

Em ano eleitoral a pressão da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos será cada vez mais necessária. A unidade dos servidores deve ser ampliada com a campanha por reposição salarial se somando ao movimento pela derrota da PEC 32, da reforma Administrativa, que segue ameaçando os serviços públicos brasileiros.

Fonte: Condsef



Faltam testes de covid e ômicron avança no Brasil

Em todo o país, o avanço da ômicron fez explodir a procura por testes de covid-19. No entanto, as pessoas têm cada vez mais dificuldades em encontrá-los. De acordo com a epidemiologista Ethel Maciel, pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), quando uma pessoa é contaminada pela ômicron, as chances de infectar outros membros da família é pelo menos duas vezes maior que as variantes anteriores. Assim, o ideal é que todos os membros da família também fossem testados. Mas não há nenhum sinal de que o governo brasileiro possa agir dessa maneira. “Não temos um programa de testagem no Brasil. Começamos 2022, e ainda não temos”, criticou.

Ethel também afirmou que não basta o governo Bolsonaro solicitar a liberação dos autotestes. É preciso incorporá-los ao SUS. Em entrevista ao canal do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ela afirmou que a luta pelo “acesso” deve marcar o enfrentamento à pandemia no Brasil em 2022. Seja em relação às vacinas, que ainda são distribuídas de maneira desigual. Como também sobre aos testes, autotestes e novos medicamentos.

Se tivermos a autotestagem, e espero que sim, esse autoteste não pode ser vendido apenas na farmácia”, afirmou Ethel. Além da distribuição pelo SUS, a pesquisadora cobrou a realização de uma campanha para a utilização dos autotestes. É preciso, ainda, haver formas de comunicar as autoridades sobre os resultados. Se for apenas através de um aplicativo, os mais pobres ficarão novamente excluídos. “A gente tem aqueles que podem utilizar aplicativos. Outros podem informar às unidades de saúde mais próximas.”

Descaso

Diante do “risco real de desabastecimento” dos insumos, a Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) recomenda que os laboratórios privados priorizem os testes de covid-19 para pacientes com sintomas mais graves.

No entanto, de acordo com a epidemiologista, com a ampliação da imunização, é comum que os contaminados pela ômicron permaneçam assintomáticos. Ou apresentem sintomas leves. Sem o diagnóstico, contudo, a pessoa não faz o isolamento, contribuindo, assim, para o espalhamento da doença.



Nesta terça-feira, em nota, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) disse que poderia fabricar 4 milhões de testes a mais por mês. Contudo, não houve demanda do Ministério da Saúde nesse sentido. Na sequência, o ministro Marcelo Queiroga fez pouco caso. Para ele, há uma “narrativa de falta de testes”.

Com a restrição dos testes RT-PCR – que identificam o material genético do vírus –, as pessoas suspeitas de estarem infectadas têm recorrido aos “testes rápidos”, vendidos em farmácias. Porém, além das filas e listas de espera, os pacientes têm deparado com a explosão dos preços dos testes de antígenos. Ontem, a Fundação Procon-SP realizou a Operação Teste Covid-19 para verificar denúncias de preços abusivos. Com a alta procura, alguns estabelecimentos chegaram a cobrar até R\$ 400 pelos testes que, até então, custavam entre R\$ 50 e R\$ 90.

Fonte: CUT

